

EDITORIAL

A Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C é um periódico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Departamento de Contabilidade - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná. Trata-se de um Periódico Científico que disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.ser.ufupr.br/rcc.

A RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria é direcionada a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade e áreas correlatas. A sua missão é difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. Conseqüentemente, o objetivo do periódico é publicar e difundir pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que representem contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil.

O periódico publica contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas com a contabilidade, controladoria ou finanças e suas características informacionais nos diferentes contextos socioeconômicos e empresariais, nas áreas pública, privada e do terceiro setor. Assim, buscam-se textos que abordem assuntos relacionados às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira, Teoria Contábil, Controladoria, Custos, Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor, Auditoria e Perícia, Finanças, Ensino, Educação e Pesquisa em Contabilidade e Finanças. Nesta edição a Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos poder contribuir para a evolução da área.

Neste número será encerrado meu período como Editor Chefe da Revista de Contabilidade e Controladoria RC&C. Foram três anos e meio de muito trabalho e muitas realizações. A partir de janeiro de 2017, assume a função o professor doutor Flaviano Costa, do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Continuando com a política de antecipação de prazos de publicação, será mantido o calendário de 2017, a saber: o primeiro número de 2017 será publicado no mês de fevereiro/2017, o segundo número de 2017 será publicado em junho/2017 e o terceiro número será publicado em setembro de 2017.

Neste número, são apresentados oito trabalhos inéditos de diversas áreas, tais como contabilidade gerencial, contabilidade pública, auditoria e ensino e pesquisa.

No primeiro trabalho, Denise Maria Ribeiro, Elizio Marcos dos Reis e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha verificaram o *value relevance* da informação contábil, especificamente, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em empresas brasileiras, a fim de determinar se a padronização internacional elevou a relevância de P&D para o mercado brasileiro. Para tanto, os autores coletaram dados no período de 2003 a 2007 e 2008 a 2012, anterior e posterior à lei 11.638/07 respectivamente, nas empresas que divulgaram dados de Pesquisa e Desenvolvimento listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados apontaram que com a implementação dos padrões internacionais e as mudanças na contabilização de P&D pelo CPC 06, a informação decorrente de pesquisa e desenvolvimento passou a ter maior relevância no mercado brasileiro.

No segundo texto, Rodney Wernke, Marluce Lembeck, Ivone Junges, Jamilson Pinto de Medeiros e Antonio Zanin averiguaram a pertinência ou não da aplicação do TDABC (Custeio Baseado em Atividades e Tempo ou *Time-Driven Activity-Based Costing*), identificando as vantagens e limitações de utilizar o método na determinação do custo fabril unitário dos produtos de uma facção de pequeno porte. Para este fim, foi empregada metodologia do tipo descritiva, no formato de estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os autores evidenciaram que para a empresa estudada, a abordagem preconizada pelo TDABC pode provavelmente aumentar o subjetivismo dos valores alocados aos produtos, em vez de reduzi-lo, visto que assume o “custo por minuto” do setor por onde passa o produto e não o consumo de recursos de equipamentos, máquinas ou funcionários específicos.

Na sequência Alan Diógenes Góis, Tatiana Aquino Almeida, Juliana Almeida Costa, Márcia Martins Mendes de Luca e Alessandra Carvalho de Vasconcelos buscaram analisar a relação entre a distribuição do valor adicionado das empresas entre os principais agentes contratuais – empregados, governo, financiadores e proprietários – e o seu contexto societário. Para tanto, utilizou-se uma amostra 99 empresas, classificadas pela revista Exame Melhores e Maiores, edição 2013, entre as 100 maiores companhias abertas do Brasil por valor de mercado. Os dados coletados referem-se aos exercícios de 2010, 2011 e 2012. Os resultados demonstraram que o contexto societário, representado pelo maior acionista controlador, influencia a distribuição do valor adicionado com os principais agentes contratuais das empresas, aceitando-se a hipótese geral do estudo.

No quarto artigo, Rosana Cristina da Silva, Felipe da Silva Moreira, José Emerson Firmino, Jaspe Padilha Miranda e José Dionísio Gomes da Silva procuraram responder à seguinte questão de

pesquisa: existe qualidade na opinião emitida pelo auditor independente sobre as demonstrações contábeis dos clubes brasileiros, tendo como critério técnico a obrigatoriedade de divulgação do ativo intangível? A população compreendeu 24 Clubes de Futebol brasileiro nos anos de 2010 e 2011 e os resultados demonstram a não existência de qualidade de auditoria na opinião emitida, tendo como critério técnico de julgamento a divulgação do ativo intangível, considerando o baixo *disclosure* evidenciado e a não citação de modificação do auditor independente em seu relatório.

Na sequência, Ivan Carlin Passos, Edgard Bruno Cornacchione Junior, Luiz Eduardo Gaio, Eduardo de Brito e Juliana Sampaio Mori avaliaram empiricamente a aplicação de uma simulação de Mercado de Capitais para o desenvolvimento de habilidades de Raciocínio Crítico em alunos da área de Negócios. Nesse contexto, foram analisados os desempenhos de alunos da disciplina Mercado de Capitais do curso de graduação em Administração de uma Instituição de Ensino Superior do interior do Estado de São Paulo, durante o segundo semestre de 2014, por meio do *Ennis Weir Critical Thinking Essay Test* (EWCTET). O principal resultado foi que a simulação de Mercado de Capitais não obteve efeito significativo no desenvolvimento de habilidades de raciocínio crítico na turma experimento.

Osmar Antonio Bonzanini, Tamara Silvana Menuzzi Diverio, Luiz Gustavo Zuliani da Silva, Bianca Soldá Vargas e Luiz Henrique Centenaro abordaram os aspectos relacionados ao fluxo de caixa nas empresas de Frederico Westphalen, tendo por objetivo geral mensurar a percepção dos gestores atuantes nas empresas de Frederico Westphalen em relação ao fluxo de caixa, por meio de questionários. Os resultados obtidos referentes à utilização do fluxo de caixa como instrumento gerencial demonstram-se satisfatório no âmbito em que a maioria dos administradores conhece e utilizam o fluxo de caixa como ferramenta de gestão.

No sétimo artigo, Adréia de Lima, Lorenzo Sanfelice Frazzon, Darci Schnorrenberger, Valdirene Gasparetto e Rogério João Lunkes identificaram o comportamento do endividamento das empresas tangível e intangível-intensivas de capital aberto listadas na BM&FBovespa. Para esse fim, foram analisadas empresas pertencentes aos setores de telecomunicações – por ser um setor tangível-intensivo – e de consumo cíclico – setor intangível-intensivo, entre os anos de 2000 a 2013. Dentre os resultados, pode-se verificar que ao longo do tempo, as variações no endividamento das empresas não acompanhavam as alterações no seu grau de intangibilidade. Entretanto, encontrou-se diferenciação nos níveis de endividamento de empresas do setor intangível-intensivo e do setor tangível-intensivo.

No último texto, Fabio Lopes Madeira e Jorge Veira da Costa Junior investigaram as motivações econômicas que explicam o nível de reconhecimento dos tributos diferidos sobre o lucro nas companhias abertas brasileiras no período inicial de adoção das IFRS no Brasil e da vigência obrigatória do Regime Tributário de Transição. Foram selecionadas companhias abertas não financeiras brasileiras componentes no índice IBrX 100, sendo identificadas 68 companhias nos anos de 2010 a 2013 compreendendo assim 272 observações. Por meio da análise multivariada de dos dados foi possível constatar que: (i) não há relacionamento significativo entre o reconhecimento de tributos diferidos e o endividamento da empresa, (ii) as maiores empresas tendem a registrar um valor menor de ativos fiscais diferidos líquidos de forma a reduzir seus lucros e divulgar sua sobretaxação a fim de reduzir sua exposição pública, e (iii) as empresas menos lucrativas são propensas a reconhecer um montante maior de ativos fiscais diferidos líquidos para, presumivelmente, atenuar o baixo resultado da empresa e com isso mascarar o seu fraco desempenho, e também, por outro lado, as companhias que possuem maior rentabilidade tendem a registrar valores menores de ativos fiscais diferidos líquidos no sentido de reduzir o lucro, e com isso, diminuir seus custos políticos.

Desejamos a todos uma ótima leitura,

Prof. Dr. Jorge Eduardo Scarpin

Editor